

## CONCURSO PÚBLICO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ - COREN

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### LÍNGUA PORTUGUESA (para todos os cargos)

Tem por objetivo central avaliar a capacidade de o candidato compreender textos de diferentes gêneros, bem como avaliar a capacidade de perceber relações estruturais e semânticas entre fenômenos linguísticos sentenciais e textuais e operar sobre eles, mostrando domínio da língua padrão escrita.

#### RACIOCÍNIO LÓGICO (para o cargo de Auxiliar Administrativo)

Resolução de problemas envolvendo frações, números inteiros, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras). Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica, argumentos válidos.

#### INFORMÁTICA (para o cargo de Auxiliar Administrativo)

Noções de hardware e software de computador. Sistema Operacional Microsoft Windows; Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel; Internet e ferramentas Microsoft Office. Noções de redes de computadores, Internet e Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação e correio eletrônico. Grupos de discussão, busca e pesquisa na Internet. Noções de segurança e proteção: vírus, worms e derivados.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: TÉCNICO FISCAL

##### PROGRAMA

1. Princípios éticos e legais da prática profissional. Legislação sobre o exercício da enfermagem e a regulamentação do exercício da enfermagem. Legislação pertinente à área da Enfermagem e área da Saúde. Decisões COREN/PR. Resoluções COFEN.
2. Resoluções Cofen nº 370/2010 – Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem e 564/2017 Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
3. Legislação sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem.
4. Atuação da equipe de Enfermagem nos Programas de Assistência à Saúde da Mulher. Planejamento Familiar. Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde do Trabalhador, Saúde do Adulto e do Idoso. Saúde Mental e o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. Educação em Saúde. Programa de Humanização da Assistência ao usuário.
5. Procedimentos relacionados ao atendimento de pacientes hospitalizados ou ambulatoriais.
6. Atuação da equipe de Enfermagem na saúde pública. Promoção da Saúde, Prevenção de Doenças. Políticas Nacionais de Saúde. Atenção Básica de Saúde. A Estratégia de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde. Visita domiciliar.
7. Atuação da equipe de enfermagem com pacientes com doenças infectocontagiosas. Doenças preveníveis com a vacinação.
8. Programa Nacional de Segurança do paciente. Programa nacional de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde.
9. Atuação da equipe de Enfermagem no centro cirúrgico.
10. Urgência e Emergências: pré e intra-hospitalar. Primeiros socorros.
11. Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

##### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei 5905 de julho de 1973. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Brasília, 1973.
2. \_\_\_\_\_. Lei nº 7.498, DE 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 1986.
3. \_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Programa nacional de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (2016-2020) - PNPCIRAS, 2016. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/3074175/PNPCIRAS+2016-2020/f3eb5d51-616c-49fa-8003-0dcb8604e7d9>.
4. \_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde, Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/caderno-5>. Acesso em: 27 maio 2018.
5. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. 272 p

6. \_\_\_\_ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. PROCEDIMENTOS Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Primária, n. 30. 2011. 64 p.
7. \_\_\_\_ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Secretária de Atenção à Saúde. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Brasília; 2007. 199 p.
8. \_\_\_\_ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada.
9. \_\_\_\_ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Ministério da Saúde. Brasília; 2013. 128 p.
10. \_\_\_\_ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Domiciliar - Melhor em Casa: a segurança do hospital no conforto do seu lar. Cuidados em Terapia Nutricional. 2015. 85 p.
11. \_\_\_\_ Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências. 3 ed. ampl. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2006. 256 p. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. PROCEDIMENTOS Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Primária, n. 28. 2011. 64 p.
12. Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987 que regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências.
13. COFEN. Resolução 564 de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Cofen, 2017.
14. \_\_\_\_ Resolução nº 370 de 2010. Código de Processo Ético-Disciplinar da Enfermagem. Cofen, 2010.
15. \_\_\_\_ Resolução 536/2017. Aprova e Adota o Manual de Procedimentos para a padronização das rotinas de Atendimento aos profissionais de Enfermagem. Cofen, 2017.
16. POTTER, P. A. Fundamentos de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
17. Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: ADVOGADO

### PROGRAMA

**DIREITO ADMINISTRATIVO** - Conceito, objeto, fontes. Regime jurídico-administrativo, princípios. Administração Pública: conceito, classificação, princípios, descentralização e desconcentração, Administração Direta e Indireta, entidades do Terceiro Setor. Órgão público: conceito, classificação, competências públicas. Servidor Público: cargo, formas de provimento, funções, atribuições, concurso público, acumulação, estabilidade, aposentadoria, sistema constitucional de remuneração, responsabilidade. Atos administrativos: conceitos, requisitos, elementos, pressupostos, atributos, classificação, cassação, revogação, anulação e convalidação. Vinculação e discricionariedade, ato administrativo nulo e anulável. Processo administrativo: Lei Federal nº 9.784/99. Poderes da Administração Pública: poder disciplinar, poder de polícia, polícia judiciária e polícia administrativa. Principais setores de atuação da polícia administrativa. Serviços públicos: conceito, concessão, permissão, autorização e delegação. Licitação (Lei nº 8.666/93: conceito, natureza jurídica, princípios, modalidades, procedimento, dispensa e inexigibilidade). Pregão: Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 5.450/05. Contratos administrativos: conceito, equilíbrio econômico financeiro, convênios e consórcios. Bens públicos: conceito, classificação, regime jurídico, uso comum, especial e privativo. Responsabilidade civil do Estado. Controle da Administração Pública. Improbidade Administrativa. Resolução CNJ nº 230, de 22 de junho de 2016 e Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015. Parcerias na Administração Pública.

**DIREITO TRIBUTÁRIO** - Competência Tributária. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar. Imunidades. Princípios Constitucionais Tributários. Conceito e Classificação dos Tributos. Tributos de Competência da União. Tributos de Competência dos Estados. Tributos de Competência dos Municípios. Simples Nacional. Legislação Tributária. Constituição. Emendas à Constituição. Leis Complementares. Leis Ordinárias. Leis Delegadas. Medidas Provisórias. Tratados Internacionais. Decretos. Resoluções. Decretos Legislativos Convênios Normas Complementares. Código Tributário Nacional – CTN. Vigência da Legislação Tributária. Aplicação da Legislação Tributária. Interpretação e Integração da Legislação Tributária. Obrigação Tributária Principal e Acessória. Fato Gerador da Obrigação Tributária. Sujeição Ativa e Passiva. Solidariedade. Capacidade Tributária. Domicílio Tributário. Responsabilidade Tributária. Conceito. Responsabilidade dos Sucessores. Responsabilidade de Terceiros. Responsabilidade por Infrações. Crédito Tributário. Conceito. Constituição do Crédito Tributário. Lançamento. Modalidades de Lançamento. Hipóteses de alteração do lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades. Extinção do Crédito Tributário. Modalidades. Pagamento Indevido. Exclusão do Crédito Tributário. Modalidades. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração Tributária. Fiscalização. Dívida Ativa. Certidões Negativas. Execução do Crédito Tributário.

**DIREITO CIVIL** - Das pessoas físicas ou naturais: início e extinção. Personalidade jurídica. Capacidade civil. Emancipação. Dos direitos da personalidade. Das pessoas jurídicas: do domicílio. Dos bens. Fatos e atos jurídicos. Teoria geral dos negócios jurídicos. Prescrição e

decadência. Dos atos ilícitos. Do abuso do direito. Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Da extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações. Dos contratos. Teoria geral dos contratos. Noção de contrato. Elementos dos contratos. Princípios contratuais. Contratos em Espécie. Compra e Venda. Locação. Doação. Mandato. Transporte. Da responsabilidade civil. Pressupostos. Conduta. Nexo causal. Dano. Dano material. Dano moral: espécies. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade objetiva. Cláusula geral de responsabilidade civil objetiva. Do direito das coisas. Da posse. Posse e detenção. Classificação da posse. Composses. Aquisição, sucessão e perda da posse. Aquisição e perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança; do condomínio. Do direito real de servidão. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito de família. Do casamento. Das relações de parentesco. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Das relações homoafetivas e seus efeitos jurídicos. Da tutela e da curatela. Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha. Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL** - Teoria geral do processo. Normas processuais civis. Direitos processuais fundamentais. Disposições finais e transitórias do CPC/2015. Política de tratamento adequado de conflitos jurídicos. Negociação, mediação, conciliação. Equivalentes jurisdicionais. Teoria dos fatos jurídicos processuais. Função jurisdicional. Teoria e direito da ação. Pressupostos processuais. Competência. Sujeitos do processo. Deveres e responsabilidade por dano processual. Despesas processuais e honorários advocatícios. Gratuidade de justiça. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenções anômalas. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica. *Amicus Curiae*. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Impedimentos e suspeição. Auxiliares da justiça. Funções essenciais à Justiça. Atos processuais. Processo eletrônico. Tempo e lugar dos atos processuais. Prazos. Comunicações. Citação. Cartas. Intimações. Nulidades. Preclusão. Cognição. Tutela Provisória. Tutela provisória contra a Fazenda Pública. Formação, suspensão do processo e extinção do processo. Alienação da coisa ou do direito litigioso. Modelos de organização processual. Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Petição inicial. Requisitos. Pedido. Valor da causa. Improcedência liminar. Ampliação, redução e alteração da demanda. Audiência de conciliação ou de mediação. Teoria da exceção. Respostas do réu. Providências preliminares. Revelia. Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. Fatos supervenientes. Alegações do réu. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Julgamento antecipado do mérito, total e parcial. Saneamento e organização do processo. Provas. Teoria geral do direito probatório. Provas em espécie. Decisão judicial. Precedentes judiciais. Coisa julgada. Ordem dos processos nos Tribunais. Remessa necessária. Teoria geral dos recursos e recursos em espécie. Ações de competência originária dos Tribunais. Ação rescisória. Ação de nulidade/inexistência da sentença. Reclamação. Incidentes de competência originária dos Tribunais. Microsistema de julgamento de casos repetitivos. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Suspensão de decisão judicial. Execução. Teoria geral da execução. Tutela jurisdicional executiva. Demanda executiva. Liquidação. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Fraudes na execução. Diversas espécies de execução. Defesas na execução. Penhora, depósito e avaliação. Expropriação e satisfação. Suspensão e extinção da execução. Procedimentos especiais do CPC. Procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos especiais em legislação extravagante. Mandado de segurança, habeas corpus, habeas data, mandado de injunção, ação civil pública. Lei nº 8.078/90. Estatuto da Criança e do Adolescente. Execução Fiscal. Estatuto da Igualdade Racial. Estatuto do Idoso. Processo coletivo. Microsistema processual coletivo. Situações jurídicas coletivas. Normas fundamentais. Aspectos procedimentais específicos. Decisão estrutural. Coisa julgada. Liquidação e execução. Processo coletivo passivo.

**DIREITO CONSTITUCIONAL** - Constituição: conceito, objeto, elementos e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação constitucional. Poder Constituinte: originário e derivado. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos. Organização do Estado: organização político-administrativa: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal; Territórios; intervenção. Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos; militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Organização dos Poderes no Estado: Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e competências; Comissões Parlamentares de Inquérito; Tribunal de Contas do Estado: composição e competência. Processo legislativo; Poder Executivo: Presidente da República: atribuições, prerrogativas e responsabilidades; Ministros de Estado; Conselho da República e de Defesa Nacional. Poder Judiciário: disposições gerais; órgãos do Poder Judiciário: organização e competências; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); funções essenciais à justiça: Súmula Vinculante; Ministério Público: princípios, garantias, vedações, organização e competências; Advocacia Pública: Advocacia e Defensoria Pública; controle de constitucionalidade: sistemas gerais e sistema brasileiro; Controle incidental ou concreto; Controle abstrato de constitucionalidade; Ação Declaratória de Constitucionalidade; Ação Direta de Inconstitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental; Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão; Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva; controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Ordem social.

**DIREITO PENAL** - Princípios aplicáveis ao Direito Penal. Interpretação da Lei Penal. Analogia. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. Crime: classificação, espécies e teorias. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade,

superveniência de causa independente e relevância da omissão. Do crime consumado e tentado. Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior. Crime impossível. Dos crimes dolosos, culposos e preterdolosos. Agravação pelo resultado. Erro: espécie de erros e consequências. Concurso de pessoas. Ilícitude. Causas de exclusão da ilícitude. Culpabilidade: teorias, elementos e causas de exclusão. Penas: espécie, cominação, aplicação, suspensão condicional da pena, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação, execução das penas em espécie e incidentes de execução. Medidas de segurança. Concurso de crimes. Efeitos da condenação. Ação Penal. Causas de extinção da punibilidade. Crimes em espécie: contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual, contra a família, contra a incolumidade pública, contra a paz pública, contra a fé pública, contra a Administração Pública. Lei nº 8.072/1990. Lei nº 9.455/1997 (crimes de tortura). Lei nº 12.850/13 (crime organizado). Lei nº 9.503/97 (crimes de trânsito). Lei n. 11.343/06 (Lei Antidrogas). Lei nº 4.898/65 (abuso de autoridade). Lei nº 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento). Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

**DIREITO PROCESSUAL PENAL** - princípios processuais penais. Disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal. Do Processo em Geral. Aplicação e interpretação da lei processual penal. Do inquérito policial. Da Ação Penal. Denúncia e queixa. Ações penais públicas e privadas e suas características. Atos processuais – forma, lugar, tempo (prazos e respectiva contagem). Citações, notificações e intimações. Mandados. Competência – conceito, competência (por distribuição, conexão, continência, compensação, suspeição, prevenção – hipóteses de ocorrência). Foro por prerrogativa de função. Competência dos Tribunais Superiores. Questões e Processos Incidentes. Da Prova. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado, do Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Impedimentos e suspeições. Prisões, medidas cautelares e liberdade provisória. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89). Despachos, decisões e sentença. Dos processos em espécie: procedimento comum, procedimento de processos de competência do Tribunal do Júri, procedimento previsto na Lei nº 11.340/06, procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 e procedimento previsto na Lei nº 11.343/06. Processo e Julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Das nulidades e recursos em geral. Ações autônomas. Habeas corpus – conceito, espécies, distribuição no horário de expediente e no plantão. Revisão criminal. Execução. Lei nº 12.850/13.

## LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980** - Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6830.htm)

BRASIL. **Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973** - Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5905.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5905.htm)

BRASIL. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986** - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7498.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7498.htm)

**Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987** - Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d94406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm)

**Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000** - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm)

**Resolução COFEN 564/2017** - Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html)

**Resolução COFEN 370/2010** - Altera o Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem para aperfeiçoar as regras e procedimentos sobre o processo ético-profissional que envolvem os profissionais de enfermagem e Aprova o Código de Processo Ético. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-3702010\\_33338.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-3702010_33338.html)

Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GOMES JUNIOR, Luiz Manoel. Ação Popular: aspectos polêmicos: lei de responsabilidade fiscal, improbidade administrativa, danos causados por liminares e outros pontos relevantes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
2. CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Fazenda Pública em Juízo. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
3. MEDAUAR, Odete. Controle da Administração Pública. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014
4. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil. 3ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017
5. PUGLIESE, William. Precedentes e a Civil Law Brasileira, Interpretação e Aplicação do Novo Código do Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016
6. MELLO, Celso Antônio Bandeira de Curso de Direito Administrativo. 33 ed. São Paulo: Saraiva 2018
7. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016
8. CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2017.

9. COELHO, Sacha Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro, 15ª edição. Forense, 09/2016.
10. PIETRO, DI, Maria Zanella. Direito Administrativo, 31ª edição. Forense, 03/2018.
11. AMARAL, Francisco. Direito Civil – introdução. 9. ed. São Paulo: Saraiva: 2017.
12. LÔBO, Paulo. Direito Civil – parte geral. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
13. LÔBO, Paulo. Direito Civil – obrigações. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
14. LÔBO, Paulo. Direito Civil – contratos. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
15. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional.
16. TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil. São Paulo: Editora Método, 2017.
17. BENJAMIN, Antonio Herman V; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor. 1 ed. 2ª tiragem. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
18. MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal, volume 1. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
19. MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal, volume 2. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
20. MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal, volume 3. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
21. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: ADMINISTRADOR

### PROGRAMA

1. Administração: conceitos, importância e objetivos
2. Teorias da Administração: abordagem científica, escola clássica, escola das relações humanas e a abordagem comportamental
3. O processo administrativo: planejamento, organização, liderança e controle
4. Níveis e habilidades do administrador
5. Desempenho, eficiência e eficácia na administração.
6. Estruturalismo e teoria da burocracia na administração
7. Estruturas e modelos organizacionais
8. Ambiente e organizações: o pensamento sistêmico ética e responsabilidade social
9. Comportamento de indivíduos e de grupos nas organizações
10. Cultura organizacional
11. Inovação e mudança em organizações
12. Conflito, poder e política nas organizações
13. Aprendizagem organizacional
14. Sistemas de informação gerenciais (SIG) e sistemas de apoio à decisão (SAD)
15. Administração de recursos materiais e patrimoniais
16. Treinamento e desenvolvimento de pessoas nas organizações
17. Análise de investimento em projetos
18. Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALT, Paulo R. C.; MARTINS, Petrônio G. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2009.
2. ROBBINS, Stephen P. Comportamento Organizacional. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
3. DAFT, Richard L. Organizações: Teoria e Projetos. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
4. MAXIMIANO, Antônio C.A. Teoria Geral da Administração: da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Atlas, 2004.
5. LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. Sistemas de Informações Gerenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
6. GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
7. MOTTA, Fernando C.P.; VASCONCELOS, Isabella G. Teoria Geral da Administração. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
8. STONER, James A. Administração. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
9. Chiavenato, Idalberto. Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### PROGRAMA

1. Hardware: conceitos, fundamentos, manutenção, identificação dos principais componentes e funcionalidades; Equipamentos de rede: hub, switch, roteadores, roteador wireless, cabeamento (tipos, categorias).
2. Sistemas Operacionais: UNIX, Linux, Windows 10 e Windows Server. Arquitetura, configuração, instalação, funcionamento, gerenciamento de memória, sistema de arquivos, serviços, segurança, manutenção, backup, recuperação, interface texto e gráfica, configuração de dispositivos, administração local e remota, configuração de rede; instalação e configurações; principais programas aplicativos. Configuração de servidor DHCP e compartilhamento de arquivos.
3. Redes de Computadores: conceitos básicos, tipos de redes, componentes e transmissão de dados. Protocolos: o modelo OSI da ISO, TCP/IP (fundamentos, endereçamento IP, máscara de rede, protocolos IP, ARP, ICMP, UDP, TCP, DNS, Telnet, FTP, SMTP e HTTP). Configuração e utilização de firewall, proxy (Squid) e VPN.
4. Linguagem de Programação: ASP.NET, C#, Visual Basic, HTML (todas as versões), CSS, JavaScript, PHP 5 ou superior/
5. Banco de Dados: ANSI SQL, modelo relacional, MS SQL Server 2012 e 2016, MySQL, PostgreSQL 9.6 ou superior. Segurança nos SGBDs, backup, recuperação, exportação e importação de dados.
6. Webservice (SOAP, REST).
7. Processos de software: modelos e atividades do processo de software (cascata, incremental, espiral, Processo Unificado - RUP, métodos ágeis).
8. Gerência de projetos de software: planejamento do projeto, planejamento ágil, estimativas, monitoramento e controle de projetos
9. Qualidade de software: modelos de referência para qualidade do processo (CMMI-DEV, MR-MPS.BR-SW), qualidade do produto (Norma ISO/IEC 25000), teste de software, métricas, padrões e revisões de software.
10. Engenharia de requisitos: tipos de requisitos, processo de engenharia de requisitos, gerenciamento de requisitos.
11. Análise orientada a objetos de sistemas: utilização da Unified Modeling Language (UML).
12. Engenharia de software: conceitos gerais, ciclo de vida de software, análise de requisitos, garantia de qualidade de processo de software, garantia de qualidade do produto, processo de software, testes.
13. Técnicas de estimativa de projetos: APF (análise por pontos de função).
14. Planejamento das atividades de análise; projeto de entrada e de saída; controle de sistemas, PMBOK (Project Management Book of Knowledge).
15. Noções gerais de governança em tecnologia da informação: conceitos básicos de COBIT (Control objectives for information and related technology) e ITIL (Information technology infrastructures library).
16. Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Gabriel Torres. Hardware Curso Completo. Rio de Janeiro : Nova Terra, 2014.
2. Carlos Eduardo Morimoto. Hardware - O Guia Definitivo
3. Marimoto, Carlos E. Guia de hardware : configuração e expansão
4. Tanenbaum, Andrew S. Albert S. Woodhull. Sistemas operacionais: projeto e implementação. Porto Alegre : Bookman, 2008.
5. Escola Superior de Redes. Administração de Sistemas Linux : redes e segurança. 2013
6. Morimoto, Carlos E. Linux : guia prático, 2009
7. Craig Hunt. Servidores de Redes com Linux. São Paulo: Market Books, 2000.
8. Peter Norton, Arthur Griffith. Guia Completo do Linux. São Paulo: Berkeley Brasil, 2000.
9. Baddini, Francisco. Windows Server 2003 em português: implementação e administração
10. Baddini, Francisco. Reinaldo do Valle Jr. Implantação E Gerenciamento De Redes Com Ms Windows 10 Pro. Erica, 2016.
11. MICROSOFT. Windows Server. [https://msdn.microsoft.com/en-us/library/dn636873\(v=vs.85\).aspx](https://msdn.microsoft.com/en-us/library/dn636873(v=vs.85).aspx)
12. COMITE GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Cartilha de Segurança para Internet. Versão 4.0 ou superior. 2012. Disponível em <https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>
13. Mauricio Rocha Lyra. Segurança e Auditoria Em Sistema De Informação.
14. Carlos Cabral. Willian Caprino. Trilhas em Segurança da Informação: Caminhos e Ideias para a Produção de Dados
15. Abraham Silberschatz, Henry F. Korth, S. Sudarshan. Sistema de Banco de Dados. Campus.
16. PostgreSQL. Documentação oficial, versão 9.6 ou superior. Disponível em <https://www.postgresql.org/docs/9.6/static/index.html>
17. PostgreSQL. Versão 10, documentação oficial. Disponível em <https://www.postgresql.org/docs/10/static/index.html>
18. MICROSOFT. SQL Server Documentation, <https://docs.microsoft.com/en-us/sql/sql-server/sql-server-technical-documentation?view=sql-server-2017>
19. World Wide Web Consortium (W3C). Especificações oficiais para as Linguagens HTML 5 e CSS. Disponíveis em: <https://www.w3.org/>
20. PHP. Documentação oficial, disponível em [http://php.net/manual/pt\\_BR/](http://php.net/manual/pt_BR/)

21. DALL'OGGIO, Pablo. Php - Programando Com Orientação A Objetos. Novatec. 3a Ed. 2015.
22. NIEDERAUER, Juliano. PHP para quem conhece PHP. Novatec. 5a. Ed. 2017.
23. MILANI, Andre. Construindo Aplicações Web com PHP e MYSQL. Novatec. 201
24. MOZILLA. Documentação oficial do JavaScript disponível em <https://developer.mozilla.org/pt-BR/docs/Web/JavaScript/Guide>.
25. George Shepherd. Microsoft ASP.NET 3.5 - Passo a Passo. Bookman, 2009.
26. John Sharp. Microsoft Visual C# 2010 Passo A Passo. Bookman, 2011
27. Michael Halvorson. Microsoft Visual Basic 2010 Passo A Passo. Bookman, 2011
28. John Vlissides. Padrões de Projetos: Soluções Reutilizáveis de Software Orientado A Objetos Bookman. 2000.
29. E. Gamma and R. Helm and R. Johnson and J. Vlissides. Design Patterns - Elements of Reusable Object-Oriented Software. AddisonWesley, 1995.
30. GUEDES, Gilleanes. UML 2 – Uma abordagem prática. São Paulo: Novatec, 2008.
31. LIMA, Adilson da Silva. UML 2.5 – do Requisito à Solução. Editora Érica, 2014
32. BOOCH, Grady. UML: guia do usuário : o mais avançado tutorial sobre Unified Modeling Language (UML), elaborado pelos próprios criadores da linguagem. 2. ed. total. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus: Elsevier, 2012.
33. COHN, Mike. Desenvolvimento de Software com Scrum: aplicando métodos ágeis com sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2011.
34. KOSIANSKI, A. Qualidade de Software: aprenda as metodologias e práticas mais modernas para o desenvolvimento de software. São Paulo: Novatec, 2006.
35. KRUCHTEN, Philippe. Introdução ao RUP: Rational Unified Process. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Ciencia Moderna, 2004.
36. MARTINS, J. C. C. Gerenciando Projetos de Desenvolvimento de Software com PMI, RUP e UML. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.
37. PRESSMAN, R. S.; Engenharia de Software. Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2005.
38. PRIKLADNICKI, Rafael; WILLI, Renato; MILANI, Fabiano (Orgs.). Métodos ágeis para desenvolvimento de software. Porto Alegre: Bookman, 2014.
39. SOFTEX, Guia Geral MPS de Software. 2016.
40. SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. 9a Ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.
41. W3C. Extensible Markup Language (XML) 1.0 (Fifth Edition) disponível em <https://www.w3.org/TR/REC-xml/>

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: ARQUIVISTA

### PROGRAMA

1. Legislação Arquivística.
2. Arquivística: fundamentos, princípios, conceitos e Ciclo Vital dos documentos.
3. Gestão de Documentos: diagnóstico, atividades de protocolos, métodos de arquivamento, classificação e avaliação de documentos.
4. Diplomática Contemporânea.
5. Análise Documentária aplicada em Arquivos: tipologias documentais e suportes físicos
6. Documento Digital, Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) e Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).
7. Digitalização e Microfilmagem: políticas, planejamento e técnicas.
8. Arquivos permanentes: princípios, arranjo, descrição, instrumentos de pesquisas, ações culturais e educativas.
9. Preservação, conservação e restauração de acervos arquivísticos.
10. Arquivos Públicos, Privados e Pessoais.
11. Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei Nº 8.159, DE 08 DE JANEIRO DE 1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
2. BRASIL. Decreto Nº 4.073, DE 3 DE JANEIRO DE 2002 - Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
3. BRASIL. LEI Nº 5.433, DE 8 DE MAIO DE 1968 – Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
4. BRASIL. **Decreto no 1.799, de 30 de janeiro de 1996.** Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.
5. BRASIL. Decreto Nº 7.724, DE 16 de Maio de 2012 - Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição.

6. BRASIL. **Portaria Interministerial MJ/MP Nº 1.677, DE 07 DE OUTUBRO DE 2015, e anexo** – Define os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
7. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **RESOLUÇÃO Nº 10, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1999 e anexo**. Dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos.
8. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. RESOLUÇÃO Nº 40, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014 e anexos. Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.
9. ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>
10. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-arq. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/diretrizes\\_rdc\\_arq.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf)
11. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>
12. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Recomendações para construção de arquivos. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em [http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/recomendaes\\_para\\_construo\\_de\\_arquivos.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf)
13. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes. Rio de Janeiro 2010. Disponível em: [http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Recomendacoes\\_digitalizacao\\_completa.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf)
14. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes\\_textos/Correio\\_eletronico\\_completo\\_2.pdf](http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Correio_eletronico_completo_2.pdf)
15. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: [http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt\\_meio.pdf](http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/cctt_meio.pdf)
16. BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes. Tratamento documental. 4º. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
17. BELLOTTO, Heloísa Liberalli, Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2º Ed. - Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
18. CASSARES, Norma Cianflone. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas – São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. Disponível em: [http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas\\_colecao\\_como\\_fazer/cf5.pdf](http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf)
19. PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática. 3a ed. revista e ampliada - Rio de Janeiro: FGV, 2004.
20. RONDINELLI, Rosely Curi. . O documento arquivístico ante a realidade digital - uma revisão conceitual necessária. – 1º Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: CONTADOR

### PROGRAMA

#### 1. Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Plano Plurianual.  
Receitas e Despesas Públicas.  
Controle Interno e Externo.  
Escrituração.  
Demonstrações Contábeis: elaboração, estrutura e análise.  
Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

#### 2. Contabilidade Geral

Contabilidade: conceito, objetivo, finalidades, campo de aplicação.  
Patrimônio: conceito, composição, aspectos qualitativos e quantitativos.  
Escrituração.  
Princípios de Contabilidade.  
Estrutura e elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com a legislação vigente e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.  
Depreciação, amortização e exaustão: conceitos, métodos e critérios de cálculo e contabilização.  
Folha de pagamento: elaboração e contabilização.

#### 3. Análise das Demonstrações Contábeis

Análise sob os aspectos horizontal e vertical.



Índices e coeficientes financeiros, patrimoniais, de estrutura e econômicos.

#### **4. Contabilidade de Custos e Gerencial**

Noções gerais de contabilidade de custos.  
Custos com materiais, mão de obra e indiretos de fabricação.  
Métodos e sistemas de custeio.  
Análise das relações custo/volume/lucro.  
Ponto de Equilíbrio.  
Orçamento.

Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

#### **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**

1. BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade aplicada ao setor público. São Paulo: Atlas, 2014.
2. CASTRO, Domingos P. de. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. São Paulo: Atlas, 2011.
3. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade do setor público. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>
4. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
5. SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

#### **Contabilidade Geral**

1. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
2. GELBCKE, Ernesto R., SANTOS, Ariovaldo dos, IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

#### **Análise das Demonstrações Contábeis**

1. MARTINS, Eliseu, MIRANDA, Gilberto J., DINIZ, Josediton A. Análise didática das demonstrações contábeis, São Paulo: Atlas, 2014.
2. MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços: abordagem gerencial e básica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

#### **Contabilidade de Custos e Gerencial**

1. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. JIAMBALVO, James. Contabilidade gerencial. 3. ed. São Paulo: LTC, 2009.

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: ENFERMEIRO FISCAL**

#### **PROGRAMA**

1. Princípios éticos e legais da prática profissional. Legislação sobre o exercício da enfermagem e a regulamentação do exercício da enfermagem. Legislação pertinente à área da Enfermagem e área da Saúde. Decisões COREN/PR. Resoluções COFEN.
2. Resoluções Cofen nº 370/2010 – Código de Processo Ético das Autarquias Profissionais de Enfermagem e 564/2017 Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
3. Legislação sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem.
4. Fundamentação teórica -prática do cuidar: Sistematização da Assistência de Enfermagem, Consulta de Enfermagem.
5. Métodos e técnicas de Avaliação clínica. Atuação do Enfermeiro nos Programas de Assistência à Saúde da Mulher. Planejamento Familiar. Saúde da Criança e do Adolescente, Saúde do Trabalhador, Saúde do Adulto e do Idoso. Saúde Mental e o CAPS - Centro de Atenção Psico-Social. Educação em Saúde. Programa de Humanização da Assistência ao usuário.
6. Procedimentos relacionados ao atendimento de pacientes hospitalizados ou ambulatoriais.
7. Enfermagem em Saúde Pública. Promoção da Saúde, Prevenção de Doenças. Políticas Nacionais de Saúde. Atenção Básica de Saúde. A Estratégia de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde. Visita domiciliar

8. Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS).
9. Epidemiologia. DST e AIDS, Tuberculose, Hanseníase. Hipertensão e Diabetes, Programa Nacional de Imunização. Doenças preveníveis com a vacinação.
10. Programa Nacional de Segurança do paciente. Programa nacional de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde
11. Assistência de enfermagem aos pacientes com feridas agudas ou crônicas.
12. Enfermagem Cirúrgica: terminologias, centro cirúrgico, recuperação pós anestésica, esterilização e desinfecção e infecção hospitalar.
13. Urgência e Emergências: pré e intra-hospitalar em situações clínicas e traumáticas. Primeiros socorros.
14. Cuidados intensivos de enfermagem
15. Administração em Enfermagem. Planejamento, organização e Gerência de Serviços de Saúde. Regulação, Controle e avaliação do Serviço de Saúde e de Enfermagem, Supervisão e Avaliação da Qualidade da Assistência e do Serviço de Enfermagem. Administração de recursos materiais, Relações Interpessoais no Trabalho. Educação Permanente Enfermagem.
16. Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei 5905 de julho de 1973. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Brasília, 1973.
2. \_\_\_\_\_. Lei nº 7.498, DE 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 1986.
3. \_\_\_\_\_. Constituição Federal do Brasil, (Título VIII - Da Ordem Social, Seção II - Da Saúde) 1988.
4. \_\_\_\_\_. Portaria do Ministério da Saúde n 1820 de 2009. Dispõe dos direitos e deveres dos usuários da saúde. 2009
5. \_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Programa nacional de prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde (2016-2020) - PNPCIRAS, 2016. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/3074175/PNPCIRAS+2016-2020/f3eb5d51-616c-49fa-8003-0dcb8604e7d9>.
6. \_\_\_\_\_. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde, Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <<https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/caderno-5>>. Acesso em: 27 maio 2018.
7. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. 272 p
8. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. PROCEDIMENTOS Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Primária, n. 30. 2011. 64 p.
9. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Controles dos cânceres do colo do útero e da mama. Cadernos de Atenção Básica n. 13. Brasília; 2013. 124 p.
10. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Brasília; 2007. 199 p.
11. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada.
12. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Ministério da Saúde. Brasília; 2013. 128 p.
13. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Caderno de Atenção Domiciliar - Melhor em Casa: a segurança do hospital no conforto do seu lar. Cuidados em Terapia Nutricional. 2015. 85 p.
14. \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências. 3 ed. ampl. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2006. 256 p. BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. PROCEDIMENTOS Série A. Normas e Manuais Técnicos Cadernos de Atenção Primária, n. 28. 2011. 64 p.
15. Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987 que regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências.
16. COFEN. Resolução 564 de 2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Cofen, 2017.
17. \_\_\_\_\_. Resolução 358 de 2009. Dispõem sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.
18. \_\_\_\_\_. Resolução nº 370 de 2010. Código de Processo Ético-Disciplinar da Enfermagem. Cofen, 2010.
19. \_\_\_\_\_. Resolução 536/2017. Aprova e Adota o Manual de Procedimentos para a padronização das rotinas de Atendimento aos profissionais de Enfermagem. Cofen, 2017.

20. Resolução Cofen nº 543/2017 *Atualiza e estabelece parâmetros para o Dimensionamento do Quadro de Profissionais de Enfermagem nos serviços/locais em que são realizadas atividades de enfermagem.* [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017\\_51440.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-5432017_51440.html)
21. POTTER, P. A. Fundamentos de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
22. MALAGUTTI/CENTNO, org. Gestão em enfermagem no mundo globalizado. Rio de Janeiro: Rubio, 2009.
23. Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO: SECRETÁRIO(A) EXECUTIVO(A)

### PROGRAMA

1. Regulamentação da profissão e Código de Ética;
2. Administração de conflitos; Gestão de processos; Relações Humanas; Planejamento Estratégico;
3. Gerenciamento de documentos: GED (Gerenciamento eletrônico de documentos); Sistemas e métodos de arquivamento; Documentação (conceito, importância, normatização etc); preservação de documentação; Temporalidade dos Documentos;
4. Automação do escritório: Inovações tecnológicas; Automação de processos administrativos aplicativos de informática específicos às atividades laborais; Segurança da Informação; Correio eletrônico.
5. Gestão Secretarial: Qualidade total de processos administrativos e aplicada a “vida” no trabalho; Gestão de Viagens; Gestão de Agendas.
6. Elaboração de documentos: compreensão e redação de textos oficiais para vários fins; elementos no processo de comunicação.
7. Noções básicas do pacote de aplicativos Microsoft Office.
8. Etiqueta, Cerimonial e Protocolo.
9. Resolução Cofen nº 507/2016 Código de Ética dos Empregados Públicos do Sistema Cofen/Conselhos Regionais [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016\\_37495.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05072016_37495.html)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA Christian. **A tríade do tempo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2011.
2. BOND, Maria Tereza; OLIVEIRA, Marlene de. **Manual do Profissional de Secretariado: Secretário como gestor.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.
3. \_\_\_\_\_. **Manual do Profissional de Secretariado: Conhecendo a profissão.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.
4. \_\_\_\_\_. **Manual do Profissional de Secretariado: Conhecendo as técnicas secretariais.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2013.
5. EDMÉA, Garcia Neiva. D'ELIA Elizabete. **As novas competências do profissional de secretariado.** São Paulo: IOB, 2ª edição, 2009.
6. D'ELIA, Elizabete; AMORIM, Magali. **Excelência No Secretariado - A Importância da Profissão Nos Processos Decisórios.** Editora Ser Mais, 2013.
7. MEDEIROS, João Bosco, HERNANDES Sonia. **Manual da Secretária: Técnicas de Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2006.
8. \_\_\_\_\_. **Redação Empresarial.** Editora Atlas, 2010.
9. PORTELA, Keyla Christina Almeida; SCHUMACHER, Alexandre José. **Ferramentas do Secretário Executivo.** Editora Alexandre Schumacher, 2013.
10. RIBEIRO, Célia. **Etiqueta século XXI: um guia prático de boas maneiras para novos tempos.** Ed. L&PM, Porto Alegre, 2008.
11. TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação Empresarial.** Editora Atlas, 2010.
12. VEIGA, Denize Rachel. **Guia de Secretariado: Técnicas e comportamento.** São Paulo: Érica, 2007.
13. MEIRELLES, Gilda Fleury. **Tudo sobre eventos.** São Paulo: STS, 1999;
14. MIRANDA, Luiza. **Negócios e festas: cerimonial e etiqueta em eventos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
15. MITCHELL, Mary; CORR, John. **Tudo sobre etiqueta.** 2 ed. São Paulo: Manole, 2003.